

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 2
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-447-4

DOI 10.22533/at.ed.474200710

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo de estudos sobre as políticas públicas evoluiu ao longo dos séculos XX e XXI de modo reflexivo aos movimentos pendulares de maximização e minimização do tamanho do Estado nos contextos nacionais, apresentando um conjunto peculiar de instrumentos teórico-metodológicos multidisciplinares com finalidades não apenas descritivas, mas também prescritivas em uma realidade permeada pela complexidade.

Partindo de reflexões do campo de Políticas Públicas, a presente obra, intitulada “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 2”, configura-se por robusta coletânea de pesquisas empíricas relacionadas às áreas de Educação e Saúde, as quais possuem ricas e diferenciadas abordagens por meio de recortes metodológicos e teóricos próprios, demonstrando assim a riqueza do campo de estudos de políticas públicas.

Estruturado em 22 capítulos, o livro é o fruto de um trabalho coletivo de um perfil plural de profissionais comprometidos com os estudos empíricos de políticas públicas, o qual é caracterizado pelas distintas experiências de 48 pesquisadoras e 13 pesquisadores oriundos, nacionalmente, de todas macrorregiões brasileiras (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), e, internacionalmente, da Colômbia.

A organização desta obra obedeceu a um sequenciamento temático, de modo que apresenta uma panorâmica visualização das mais clássicas políticas sociais por meio, respectivamente, um eixo de discussões sobre políticas públicas relacionadas à Educação nos primeiros 12 capítulos, e um segundo eixo temático de discussões na área de Saúde nos 10 capítulos seguintes.

No primeiro eixo, a temática educacional é explorada por meio de capítulos que versam sobre assuntos variados, como política educacional nacional, ensino básico, ensino médio e ensino superior, representações visual e de competências linguístico-comunicativas, enfoques gerenciais na educação, equipes multidisciplinares e monitoria colaborativa no contexto educacional.

No segundo eixo, a Saúde é explorada desde enfoques macroanalíticos que exploram políticas nacionais específicas, gestão na Saúde Pública zika vírus no Brasil ou sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) até se chegar a enfoques microanalíticos de estudos de casos em ambiente hospitalar ou em unidades sanitárias ou mesmo sobre participação discente em diferentes estados brasileiros.

Com base nestes 22 capítulos, este livro apresenta variadas discussões sobre a realidade da Educação e da Saúde em suas matrizes como políticas públicas centrais no contexto do welfare state brasileiro, Estado de Bem Estar Social, em plena dinâmica de mutação que combina a hibridez sociocultural de tradicionalismos e novidades, bem como continuidades e mudanças.

Diante das diferentes contribuições ora apresentadas em linguagem fluida e acessível, este livro é direcionado para um amplo público leigo ou mesmo para profissionais e acadêmicos que buscam a especialização, razão pela qual estão todos convidados a explorarem o campo das políticas públicas em Educação e Saúde à luz de uma instigante leitura multidisciplinar fundamentada por diferenciadas análises e por um pluralismo teórico-metodológico que visam apreender a complexidade das realidades empíricas.

Ótima leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ATUAÇÃO COLABORATIVA ENTRE O PROFESSOR DO AEE E O TERAPEUTA OCUPACIONAL: AÇÃO MULTIPROFISSIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Orlando Sérgio Pena Mourão Junior

Lorena Costa Branco

Samantha Hanna Seabra Castilho Simões

DOI 10.22533/at.ed.4742007101

CAPÍTULO 2..... 12

A CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: PROJETO EM CURSO

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Elis Regina dos Santos Viegas

DOI 10.22533/at.ed.4742007102

CAPÍTULO 3..... 22

POLÍTICAS PÚBLICAS E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO

Bernarda Elane Madureira Lopes

Clara Tatiana Dias Amaral

Cristiana Fonseca de Castro Oliveira

Ivanise Melo de Souza

DOI 10.22533/at.ed.4742007103

CAPÍTULO 4..... 34

SUBVERSÃO EM PERFORMANCE NA ESCOLA PÚBLICA E DIÁLOGOS COM AS POLÍTICAS CULTURAIS

Thiago Camacho Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.4742007104

CAPÍTULO 5..... 49

O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAIS) À LUZ DA POLÍTICA JURÍDICA

Adelcio Machado dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.4742007105

CAPÍTULO 6..... 63

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA CUMPRIMENTO DA META 12 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

Angelo Luiz Cortelazzo

Carlos Vogt

DOI 10.22533/at.ed.4742007106

CAPÍTULO 7..... 75

CONSTRUINDO UMA GESTÃO PARA RESULTADOS: IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Wagner Pires da Silva

Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo
Gilmária Henllen Gondim Gomes
Erlene Pereira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.4742007107

CAPÍTULO 8..... 86

POLÍTICAS PÚBLICAS GERENCIALISTAS: EFEITOS NA SEGURANÇA DO TRABALHADOR EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Renata Machado
Márcia Barros de Sales

DOI 10.22533/at.ed.4742007108

CAPÍTULO 9..... 98

MONITORIA COLABORATIVA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CURSO DE PEDAGOGIA

Luzileida Sousa Correa
Ana Paula Vieira e Souza

DOI 10.22533/at.ed.4742007109

CAPÍTULO 10..... 111

AS INTERVENÇÕES DO PIBID ATRAVÉS DA ANÁLISE DE IMAGENS NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO CENTRO EDUCACIONAL 30 DE JUNHO

Ana Paula de Oliveira
Adriano Andrade de Abeu
Jean da Silva Santos
Marize Daminana Moura Batista e Batista

DOI 10.22533/at.ed.47420071010

CAPÍTULO 11..... 122

AS REPRESENTAÇÕES DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICO-COMUNICATIVA CONSTRUÍDAS POR PROFESSORES PARAENSES DE INGLÊS

Makoy Santos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.47420071011

CAPÍTULO 12..... 134

FOTOJORNALISMO E GUERRA NA COLÔMBIA: A REPRESENTAÇÃO VISUAL DOS INDÍGENAS AWÁ

Ana Luisa Fayed Sallas
Claudia Solanlle Gordillo Aldana

DOI 10.22533/at.ed.47420071012

CAPÍTULO 13..... 149

A PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE CACOAL-RO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Izabela Beatriz Santos Gomes Silveira
Beatriz Moutinho Bosso
Letícia Rodrigues de Souza Leal
Natalia Liz Ribeiro dos Santos

Juraci Tostes Pereira da Gama
Hítalo Calaça Aguiar
Maria Paula Cezar Silva
Keila Cassimiro Cordeiro Lipke
Celeste Santos Martins
Weliton Francisco Medeiros da Silva
Ana Karolina Monge Silva Romano Mendonça
Sheila Carminati de Lima Soares

DOI 10.22533/at.ed.47420071013

CAPÍTULO 14..... 156

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À SAÚDE: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI

Thuanny Mikaella Conceição Silva
Gicinayana Luz Sousa Pachêco Bezerra
Erika Ravena Batista Gomes
Mirna Albuquerque Frota
Shearley Lima Teixeira
Maria dos Remédios Beserra
Solange Maria Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.47420071014

CAPÍTULO 15..... 167

IMPACTO DAS OFICINAS DESCENTRALIZADAS DO COSEMS/CE SOBRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Márcia Lúcia de Oliveira Gomes
Marizângela Lissandra de Oliveira Santiago
Mere Benedita do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.47420071015

CAPÍTULO 16..... 174

A POLÍTICA DE MONITORAMENTO E GESTÃO POR RESULTADOS DO PACTO PELA SAÚDE (PPS) EM PERNAMBUCO

Maria Fernanda Gomes Ribeiro de Andrade
Flávia de Oliveira Antunes

DOI 10.22533/at.ed.47420071016

CAPÍTULO 17..... 182

SAÚDE MENTAL NA POLICLÍNICA: REGIONALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM UMA ÁREA DESCENTRALIZADA DE SAÚDE

Francisco Anderson Carvalho de Lima
Camila Mascarenhas Moreira
Malbia Oliveira Rolim Barbosa
Francisca Verônica Moraes de Oliveira
Tauanaiara Nogueira de Moraes
Sergiana de Sousa Bezerra
Adriano Rodrigues de Souza

DOI 10.22533/at.ed.47420071017

CAPÍTULO 18..... 191

ENTRE O IDEAL E O REAL: OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES NO COTIDIANO DE TRABALHO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA

Michele Cardoso Corrêa

Naiane Barreto de Melo

Júnia de Castro Flores

DOI 10.22533/at.ed.47420071018

CAPÍTULO 19..... 203

PAGAMENTO POR DESEMPENHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE NO PACTO PELA SAÚDE (PS) ENTRE 2006 E 2011: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DO CICLO DE VIDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Edmar Aparecido de Barra e Lopes

DOI 10.22533/at.ed.47420071019

CAPÍTULO 20..... 223

CONTROLE INTERNO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: AÇÕES DO DENASUS

Maria do Socorro Litaiff Rodrigues Dantas

Maria do Socorro Pinto Brígido

Ednir Dantas de Castro Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.47420071020

CAPÍTULO 21..... 231

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM

Liana Dias Martins da Rocha

DOI 10.22533/at.ed.47420071021

CAPÍTULO 22..... 242

ZIKA VÍRUS: ANÁLISE, DISCUSSÕES E IMPACTOS NO BRASIL

Letícia Bugança Stelute

Gabriela Caroline Coelho Canossa

DOI 10.22533/at.ed.47420071022

SOBRE O ORGANIZADOR..... 251

ÍNDICE REMISSIVO..... 252

CAPÍTULO 2

A CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: PROJETO EM CURSO

Data de aceite: 01/10/2020

Data da submissão: 02/08/2020

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Secretaria Municipal de Educação (SEMED)

Dourados – Mato Grosso do Sul

<http://lattes.cnpq.br/6968595820161897>

Elis Regina dos Santos Viegas

Secretaria Municipal de Educação (SEMED)

Dourados – Mato Grosso do Sul

<http://lattes.cnpq.br/7114412735990678>

RESUMO: o presente artigo tem como objetivo analisar o cenário político educacional da formação continuada de professores a partir das orientações internacionais disseminadas do final do século XX. Nosso intuito é de buscar delinear traços característicos do contexto no qual a formação continuada de professores adquire centralidade, procurando compreender as orientações que a definem. A opção metodológica adotada fundamenta-se na pesquisa bibliográfica e documental, em que é apresentada uma síntese das questões relativas à formação de professores apontadas na literatura nacional e internacional. Análise que se justifica como necessária à compreensão das ideias subjacentes ao estudo em pauta. O viés principal observado refere-se ao novo papel do professor na contemporaneidade a partir de um ideário formativo racional, em que define-se o “novo” profissional como aquele que se compromete com os resultados dos seus alunos e da escola,

que procura interagir de forma eficaz com outros atores educacionais, que seja capaz de realizar autoavaliação pessoal e profissional, que participe da construção do projeto pedagógico, da definição do modelo de gestão escolar, do delineamento de diferentes ações, para além dos muros da escola, respaldado na racionalidade de iniciativas tendentes à melhoria do ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais, Formação Continuada, Professores, Educação Básica.

THE CONFIGURATION OF THE CONTINUING TEACHER FORMATION POLICY FOR BASIC EDUCATION: ONGOING PROJECT

ABSTRACT: this article aims to analyze the political educational scenario of continuing teacher education based on international guidelines disseminated at the end of the twentieth century. Our aim is to seek to outline characteristic features of the context in which the continuing education of teachers acquires centrality, seeking to understand the guidelines that define it. The methodological option adopted is based on bibliographic and documentary research, in which a synthesis of the issues related to teacher education pointed out in national and international literature is presented. Analysis that is justified as necessary to understand the ideas underlying the study in question. The main bias observed refers to the new role of the teacher in contemporary times based on a rational formative ideal, in which the “new” professional is defined as one who is committed to the results of his students and the school, who seeks to interact effectively with

other educational actors, who is able to carry out personal and professional self-assessment, who participates in the construction of the pedagogical project, in the definition of the school management model, in the design of different actions, beyond the school walls, supported by rationality initiatives to improve teaching.

KEYWORDS: Educational Policies, Continuing Formation, Teachers, Basic Education.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho decorre de uma síntese das questões relativas à formação de professores apontadas na literatura nacional e internacional, especialmente a que trata da formação continuada. Tal levantamento – bibliográfico e documental – torna-se necessário para compreensão das ideias subjacentes aos estudos que analisam as políticas educacionais que tem como mote a formação docente na contemporaneidade.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, sinaliza-se discursos sobre a urgência de se enfrentar e resolver o deteriorado quadro da realidade educacional brasileira. A fim de atender tais expectativas é que se propôs uma extensa reforma educacional em todos os níveis de ensino, pautadas na formação de valores, atitudes e comportamentos de cidadãos produtivos e no desenvolvimento de competências e habilidades consideradas necessárias à sociedade em transformação.

A intensificação da proposta reformista na área educacional configura-se por um conjunto de parâmetros, diretrizes e programas voltados ao cenário em tela como um todo, mas especialmente associada a uma prática avaliativa ampliada, centrada na constante busca por resultados.

De modo particular, tal tendência traduziu-se na valorização e fomento da avaliação como estratégia de ação, desencadeada por meio de vários exames de desempenho, o que se tornou eixo central no sentido de oferecer subsídios para a implantação e redimensionamento de políticas educacionais.

Nessa conjuntura, as propostas de formação continuada para professores têm se apresentado como um caminho estratégico de melhoria do ensino ofertado. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar o cenário político educacional da formação continuada de professores no Brasil nas últimas décadas, procurando compreender as orientações nacionais e internacionais que o definem.

2 | POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: INICIATIVAS INTERNACIONAIS

Desde a década de 1980, a formação continuada de professores tem sido alvo de discussões que envolvem uma aura de “salva vidas” das problemáticas específicas da área educacional. Já a partir dos anos de 1990 é notório, especialmente na América Latina, orientações de documentos internacionais a respeito.

A Declaração Mundial de Educação para Todos, é um exemplo. Oriunda de uma Conferência realizada em 1990, em Jomtien (Tailândia), que tratou de definir princípios e diretrizes para a implementação de educação que atendesse as “necessidades” consideradas como “básicas” de aprendizagem.

A Declaração anteriormente citada situou a expressão “educação básica” como ponto fundamental, sendo apontada como necessária “[...] a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação” (UNESCO, 1990, p. 3-4). Assim como, apontou como imperativo, por parte dos Estados – particularmente na América Latina e Caribe –, a definição de programas educacionais, pautados por níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementação de sistemas avaliativos e de desempenho.

Com o objetivo de implementar um formato mínimo de educação para “todos”, respaldado em instrumentos essenciais (leitura, escrita, cálculo, resolução de problemas) e conteúdos básicos de aprendizagem (conhecimentos, habilidades, valores e atitudes) as avaliações em larga escala configuram-se no sentido de observar o desempenho dos estudantes, principalmente nas áreas Língua Portuguesa e Matemática.

Em 1993, outra conferência, a de Nova Delhi, reafirmou o compromisso dos países signatários já indicado no documento anterior. Ao propor aos países, entre outras ações, melhorar a “qualidade e relevância dos programas de educação básica através da intensificação de esforços para aperfeiçoar o ‘status’, o treinamento e as condições do trabalho do magistério” (UNESCO, 1993, p. 2). Atribui-se ao professor um protagonismo central, exigindo deste profissional novas posturas e novas relações com o conhecimento e com as informações necessárias a vida em sociedade.

Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), salientam que nesse contexto verifica-se um paradoxo com relação ao discurso sobre a valorização dos professores, pois se de um lado os colocam como responsáveis pelas dificuldades em que se encontra o sistema público, por outro os apresentam com o poder de reverter esta situação, ocasionando um vazio entre a real condição dos professores e o peso que lhe são atribuídos.

Para as autoras há um discurso que tenta convencer os professores de que as propostas oriundas das reformas lhe dizem respeito e por isso seu envolvimento e responsabilidade são imprescindíveis.

Utilizando-se das palavras de Fulann (1993) citado por Vaillant (2005, p. 47) resume-se esta contradição: “A formação docente tem a honra de ser, simultaneamente, o pior problema e a melhor solução em educação”. Para a autora a justificativa para o precário investimento em melhoria salarial, formação adequada e em inovações, voltam-se a retórica de que os professores sendo o maior grupo de empregados pelo Estado, consomem uma alta porcentagem do orçamento ocasionando pequena margem para investimentos em outros setores.

Desse ponto de vista, a autora assinala que, os professores, por sua vez, como resultado desse posicionamento, se sentem cada vez menos satisfeitos com seu trabalho e, em alguns casos, ressentem-se das mudanças que lhes são solicitadas (VAILLANT, 2004 e 2005).

Tais questões são observadas no relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) “Educação no século XXI – um tesouro a descobrir” (2010, p. 90) ao atribuir papel determinante a educação como promotora do “desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade” destaca para o compromisso do professor como elemento “crucial para preparar os jovens, não só para encarar o futuro com confiança, mas para construí-lo eles mesmos de maneira determinada e responsável” (UNESCO, 2010, p. 152).

Assim, ampliam-se as aspirações e responsabilidades do professor ao estabelecer, de forma incisiva, um capítulo voltado para o que se espera destes profissionais no século XXI. Nesse sentido, orientam para o delineamento de novos parâmetros e diretrizes voltadas às políticas de formação de professores.

Propõe-se que os governos adotem determinadas medidas, como: recrutar os melhores professores entre os estudantes mais motivados; incentivar (financeiramente) os melhores a aceitarem atuar nos lugares mais difíceis/inacessíveis; melhorar a formação inicial estabelecendo laços mais estreitos entre as universidades e os institutos de formação, incidindo em quatro pilares sobre como aprender a: conhecer, fazer, viver juntos/ com outros e a ser; investir na formação continuada através de programas que coloquem os professores a par dos progressos tecnológicos; atenção especial ao recrutamento e aperfeiçoamento pedagógico dos professores; controle do desempenho (de professores e alunos); nova organização da gestão, referente a autonomia e flexibilidade da escola; participação de agentes exteriores à escola; oferecimento de condições de trabalho satisfatórias e remuneração, incluindo concessões de incentivos e; meios (tecnológicos) de ensino.

Nesse veio, a importância dada à formação continuada com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino é manifestada, com indicações de recursos e técnicas que garantam a eficácia da introdução de reformas, tecnologias e métodos novos. Ao afirmar que é preciso repensar a formação docente no sentido de atender as proposições de formar indivíduos aptos e capazes de viver em sociedade, de adaptar-se às mudanças, de aprender continuamente por toda a vida, levanta a questão da profissionalização, visto que supõe que o professor não é profissional e que deve ser profissionalizado (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007).

A partir disso, o investimento seria na profissionalização do professor, visando uma aprendizagem do “saber fazer” de maneira a superar o descompasso entre sua prática e a vida em sociedade, ou seja, a existência de um novo “paradigma civilizacional” (ALARCÃO, 2001, p. 11), que manifesta-se em todos os âmbitos relacionais afetando a atuação do

profissional, a dinâmica e a estrutura das instituições. Aos professores imputam-se a capacidade de serem atores sociais, responsáveis em sua autonomia, críticos em seu pensamento, exigentes em sua profissionalidade.

Tal ideário é difundido pelas agências internacionais – Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) –, associadas ao capital financeiro, apresenta-se a defesa da redução dos gastos públicos com a educação, indicando que para uma maior produtividade a alternativa mais “viável” seria investir na formação contínua dos professores e na aquisição de equipamentos didáticos; do que optar pela redução de alunos por turma, por exemplo.

Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), lembram que estudos efetuados principalmente pelo BM desde o final do século XX, vêm sugerindo nitidamente a implementação de programas de formação continuada, por considerar que rende mais com menos investimento. Segundo as autoras a defesa em torno da formação em serviço demonstra uma visão distorcida sobre a formação docente, pois o que se está em crise, na verdade, é a própria formação como um todo.

Todavia, a formação continuada permanece ganhando popularidade, dificultando compreender a necessidade de uma combinação entre formação inicial e em serviço, que permita a articulação entre as duas modalidades de tal maneira que uma realmente a outra e se beneficiem de inovações que representem melhoria em ambas.

As discussões em torno da educação, sob a perspectiva de eficiência (mais com menos recursos) e eficácia (resultados esperados), desencadearam nos últimos anos a elaboração e desenvolvimento de programas e de projetos financiados pelos órgãos multilaterais (BID, BIRD), e por organizações voltadas para a cooperação técnica como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a UNESCO, com destaque para o papel exercido pelo BM, nas políticas educacionais brasileiras. Tais projetos e programas envolvem a elaboração de currículos sintonizados com as demandas do mercado, centralidade para a educação básica, ênfase na avaliação do ensino em termos de produtos de aprendizagem e do valor/custo benefício.

Estas são proposições presentes, também, nas estratégias previstas no âmbito do Projeto Principal de Educação (PPE) - idealizado em 1979 no México, por Ministros de Educação, vigorou até o ano de 2000 -, que propunha a integração de diferentes países de distintos contextos sociais, políticos e econômicos, a fim de discutir as experiências e medidas realizadas na área da educação e; posteriormente, no Projeto Regional para Educação da América Latina e do Caribe (PRELAC), aprovado na Primeira Reunião Intergovernamental de Ministros de Educação, realizada na cidade de Havana (Cuba) em 2002. Os ministros presentes e os representantes de 34 países aprovaram-no, assim como o seu Modelo de Acompanhamento, cujo horizonte de realização foi de 15 anos.

O PRELAC surgiu com o intuito principal de dar continuidade, em termos de proposta política de educação direcionada aos docentes e estimular mudanças nas políticas públicas com a finalidade de concretizar a proposta de “educação para todos” e atender às demandas de desenvolvimento humano da região. Assim como, referem-se aos professores como parte importante na prestação e organização de serviços educacionais indicando a necessidade de criação de políticas de formação atreladas a ideia de compromisso por desempenho e resultados.

Nessa nova conjuntura, uma nova agenda se apresenta exigindo ampliação do sistema educacional, de mais e “melhor” escolaridade ((leitura, escrita, cálculo, resolução de problemas), de gestão eficiente, de escolas eficazes, de professores bem treinados.

O viés principal observado refere-se ao novo papel do professor na contemporaneidade. Define-se o “novo” profissional como aquele que se compromete com os resultados dos seus alunos e da escola, que procura interagir de forma eficaz com outros atores educacionais, que seja capaz de realizar autoavaliação pessoal e profissional, que participe da construção do projeto pedagógico, da definição do modelo de gestão escolar, do delineamento de diferentes projetos, entre outras ações para além dos muros da escola.

Para Oliveira (2007) este pensamento altera profundamente a relação entre trabalhadores docentes, escola e sociedade. O novo modelo de escola com mais flexibilidade e autonomia gera a intensificação do trabalho dos profissionais escolares, particularmente dos professores.

3 I AS ORIENTAÇÕES GLOBAIS E SEUS EFEITOS LOCAIS

Muito do que se propõe, no contexto da política internacional, está embasado naquilo que Ball (2002, p. 4) afirma ser tecnologias políticas, isto é, o mercado, a capacidade de gestão e a performatividade, que embora assumam diferentes ênfases em diferentes situações, estão intimamente inter-relacionados no processo de reforma e quando utilizados conjuntamente, “oferecem uma alternativa politicamente atrativa e eficaz à tradição educativa centrada no Estado e no bem estar público”.

Cabe destacar, que o “mercado”, aqui é definido como uma forma de “civilização comercial” onde motivações pessoais sobrepõe-se aos valores impessoais criação de um novo currículo ético nas e para as escolas. Cria-se novas identidades e destrói a sociabilidade, encorajando o individualismo competitivo e o instrumentalismo. Nesse horizonte, a acepção de “gestão”, representa a introdução de um novo modelo de poder, em que o papel do gestor é imputar atitudes e culturas de responsabilização, comprometimento e vigilância. Por fim, a “performatividade”, é assumida como uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que serve de críticas, comparações e exposições (BALL, 2002)

O autor salienta que a reforma da educação, orientada sobre os princípios da eficiência, eficácia e produtividade se alastra pelo mundo “como uma ‘epidemia política’.

Uma instável, irregular, mas aparentemente imparável torrente de ideias reformadoras intimamente relacionadas entre si, está a possibilitar e a reorientar sistemas de educação com percursos e histórias muito diferentes” (BALL, 2002, p. 3).

Em outro momento, o pesquisador complementa que os efeitos da performatividade vinculados ao gerencialismo - conjunto de ideias e crenças que toma como valores máximos a própria gerência, o objetivo de aumento constante da produtividade e a orientação ao consumidor (BRESSER PEREIRA, 2006) -, diz respeito à erradicação da racionalidade substantiva pela técnica, para o que é padrão e modelo, impossibilitando a autenticidade profissional que tem como base o valor da reflexão. Aos professores, resta a sensação de que o ideal não foi cumprido, de que não é um bom profissional.

Os professores passam a ser meros espectadores, julgados pelo seu desempenho e de seus alunos, que servem de parâmetros de produtividade, ou servem ainda como demonstrações de “qualidade” ou de “promoção ou inspeção”. Segundo o autor tal prática “é alcançada mediante a construção e publicação de informações e de indicadores, além de outras realizações e materiais institucionais de caráter promocional, como mecanismos para estimular, julgar e comparar profissionais em termos de resultados” (BALL, 2005, p. 544).

Assim, o nível de controle e regulação das práticas educativas busca a verificação da competência do professor e ainda atestar a aplicação racional de iniciativas tendentes à melhoria do ensino.

Aspecto a ser considerado, nesse âmbito, se refere ao elevado quadro de pressão social existente no que concerne ao papel relevante atribuído ao professor no desenvolvimento da “sociedade tecnocrática competitiva” (BRAZ, 2009, p. 154), em que o sistema avaliativo é ressignificado, como instrumento para que o próprio profissional possa orientar seus estudos e se mantenha atualizado, em face, inclusive, das determinações internacionais que definem as demandas da educação básica.

4 | REFLEXÕES NECESSÁRIAS: AÇÕES URGENTES

A formação do profissional para o exercício da prática educativa competente e reflexiva é inquestionável, porém, entende-se que é necessário conciliar uma formação humana que se relaciona diretamente com a emancipação do profissional como indivíduo social e histórico.

Tal compreensão remete a um forte compromisso com os conteúdos e o significado das políticas educacionais voltadas ao profissional docente, pois embora as afirmações referentes à valorização do professor na construção de uma sociedade moderna representem avanços, estão longe de serem efetivadas, pois este “reconhecimento limita-se a inclusão dos chamados componentes de atualização ou formação em serviço, além de a maioria dos processos de reforma delinarem-se longe dos docentes e de outros setores envolvidos” (CAMPOS, 2005, p. 10).

Embora o obstinado discurso em torno de um professor inovador, pesquisador e sistematizador do conhecimento, com habilidades e competências necessárias para atuar em cenários complexos, permeados de novas tecnologias e de informações e comunicação, no âmbito de sua formação e de seu papel de protagonista, operam-se as mesmas ações tradicionais: “capacitação e mais capacitação, e em alguns casos se introduz como variante a avaliação do desempenho” (CAMPOS, 2005, p. 11).

Para Vaillant (2005), em grande parte dos países da América Latina tem se dado prioridade a formação em serviço. Esta surge da percepção de que os professores recebem formação inicial deficitária ocasionando o mau desempenho em sala de aula. Logo, a formação continuada serviria para “adicionar” as habilidades pedagógicas necessárias para o ensino adequado, bem como motivar e melhorar os conhecimentos específicos, principalmente de áreas de matemática e linguagem. Teria enfim, a finalidade de responder ao nível de ensino esperado pela sociedade.

Os estudos ainda revelam, segundo a autora, que as modalidades de “capacitações” empreendidas tendem a tratar o professor isoladamente, separado dos grandes contextos da turma, da escola e da comunidade (VAILLANT, 2004 e 2005).

Aqui, abre-se um parêntese para ratificar que não se pode considerar a formação continuada como o único meio de melhoria da qualidade. Trata-se de ressaltar que para responder as atuais exigências requeridas aos sistemas educacionais, continua-se demandando vincular outros aspectos, como: formação inicial de qualidade, carreiras atrativas, salários dignos que permitam satisfação em relação a profissão; condições adequadas de trabalhos, entre outros pontos.

Cury (2002) complementa que as exigências em termos de formação docente, postulados pelos mecanismos externos e sistêmicos de avaliação, não correspondem aos cenários presentes no ambiente escolar como: quadros de indisciplina; a presença de grupos sociais a margem da lei; as modificações na configuração da família e seu papel na educação; infraestrutura inadequada, etc. Elementos para os quais os professores não foram nem estão sendo suficientemente preparados.

Portanto, há um descompasso entre o que se propõe teoricamente e a prática efetivada. Formar mais e melhor os profissionais do magistério, portanto, é apenas uma parte da tarefa.

Todos esses fatores demandam um repensar quanto a elaboração e reestruturação de políticas educacionais criativas e sistemáticas o que implica a elaboração de ações de formação continuada que desenvolva conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitam ao professor utilizar conhecimentos científicos e tecnológicos de modo articulado para resolver problemas da prática pedagógica, mas, sem desconsiderar outros aspectos igualmente importantes que perpassam o chão da escola e da sociedade como um todo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visível o aprofundamento das discussões em torno do papel do professor como ator fundamental para assegurar o direito à educação para todos e como elemento imprescindível na configuração e êxito das políticas educacionais.

Nesse sentido, é preciso implantar ações de fortalecimento da profissão docente, incluindo a formação continuada embasada nas expectativas e realidade das escolas públicas e dos professores; na motivação constante; no estímulo ao papel ativo e comprometido dos professores e em melhores condições de trabalho, na efetivação concreta de planos de cargos, carreira e salários que dignifiquem a profissão.

Assumimos, pois, que a formação continuada torna-se um imperativo inquestionável. Por outro lado, a formulação e implementação, de políticas de formação continuada cujo objetivo principal é reverter os resultados observados pelas avaliações passa, impreterivelmente, pela compreensão e reconhecimento do professor como sujeito social e humano.

Portanto, para fazer face às demandas da sociedade, é preciso pensar a política de formação continuada de professores aliada a outros aspectos imperativos ao alcance de uma educação de qualidade, que garanta o ingresso e o sucesso escolar para todos.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. A escola reflexiva. In: ALARCÃO, I. (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 15, n. 2, Universidade do Minho: Braga, Portugal, p. 3-23, 2002.

BALL, S. J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BRAZ, A. M. G. Formação e valorização dos profissionais da educação: por um efetivo Sistema Nacional de Educação. In: FRANÇA, M. (Org.) [et al.]. **Sistema Nacional de Educação e o PNE**. Brasília: Líber Livro, 2009.

BRESSER PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Trad. Carolina Andrade. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMPOS, M. R. Ator ou protagonista?: dilemas e responsabilidades sociais da profissão docente. **Revista PRELAC**, n. 1, 2005.

CURY, C. R. J. A Educação Básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002.

OLIVEIRA, D. A. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 355-375, maio/ago. 2007.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

UNESCO. **Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos**. Nova Dehli – 1993.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien – 1990.

UNESCO. **Educação para o século XXI**: Educação um tesouro a descobrir. Organizado por Jacques Delors. 10. ed. Brasília: MEC/UNESCO, 2010.

VAILLANT, D. Construcción de la profesión docente em América Latina. Tendencias, temas y debates. **Revista PRELAC**, n. 31, 2004.

VAILLANT, D. Reformas educacionais e o papel dos docentes. **Revista PRELAC**, n. 1, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Atenção Básica 161, 177, 183, 190, 192, 194, 195, 197, 198, 201, 202, 223, 237, 245

Atenção Psicossocial 156, 160, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190

Auditoria 173, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

Avaliação 6, 8, 13, 16, 19, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 76, 82, 96, 106, 107, 118, 133, 150, 164, 165, 170, 171, 173, 176, 182, 185, 196, 202, 205, 206, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 246, 247, 251

C

Capacitação 8, 14, 19, 52, 72, 102, 111, 129, 152, 165, 167, 170, 171, 172, 176, 185, 188, 193, 196

Ciclo de Vida 203, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 213, 214

Competência Linguístico-Comunicativa 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Controle Interno 223, 224, 226, 227, 229, 230

Criança 241, 242, 244, 248

Cultura 15, 17, 34, 35, 37, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 61, 142, 143, 148, 161, 174, 180, 209, 235

D

Deficiência Intelectual 1, 2, 3, 6, 8, 9

Desempenho 5, 6, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 27, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 88, 92, 101, 124, 169, 174, 175, 176, 180, 203, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 251

Docente 6, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 29, 31, 32, 52, 53, 56, 57, 58, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 127, 131

E

Educação 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 37, 46, 49, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 86, 87, 92, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 112, 115, 122, 129, 156, 174, 175, 180, 181, 190, 221, 229, 249, 251

Educação Básica 12, 14, 16, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 99, 100, 106, 180, 181

Ensino 1, 3, 10, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 49, 57, 63, 65, 71, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 103, 105, 108, 109, 111, 127, 133, 156

Ensino Médio 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 41, 42, 49, 83, 103, 127, 180

Ensino Superior 26, 27, 51, 52, 56, 57, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 80, 82, 98, 100, 105, 108, 109, 156

Equipamentos Coletivos 156, 159, 161

Equipe Multiprofissional 191, 194, 195, 197

Escola 4, 5, 8, 9, 10, 12, 15, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 99, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 144, 182, 231, 232, 251

Estado 11, 14, 17, 20, 26, 29, 35, 37, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 58, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 106, 111, 112, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 137, 141, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 191, 192, 193, 204, 206, 209, 215, 217, 220, 223, 225, 239, 245

Evasão Escolar 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32

F

Formação Continuada 12, 13, 15, 16, 19, 20, 100, 102, 104, 127, 129, 132

Formação de Professores 11, 12, 13, 15, 98, 110, 112, 122, 123, 124, 126, 128, 131, 132

Fotografia 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Fotjornalismo 134, 135, 136

G

Geografia 73, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 121, 251

Gestão 20, 49, 75, 76, 78, 85, 96, 97, 103, 105, 156, 165, 166, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 205, 206, 219, 251

Gestão por Resultados 76, 85, 90, 174, 175, 176, 177, 180, 181

H

Homem 45, 115, 117, 139, 200, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 247, 248

Hospitais 161, 168, 169, 176, 177, 214, 225

M

Microcefalia 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250

Monitoramento 65, 73, 74, 174, 176, 177, 185, 212, 223, 224, 225, 229

Monitoria 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

N

Núcleo de Apoio à Saúde da Família 191, 192, 193, 197, 199, 202

P

Pacto pela Educação 174, 175

Pacto pela Saúde 174, 175, 176, 203, 205, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Pagamento por Desempenho 203, 205, 214, 216, 217, 218

PIBID 111, 112, 114, 115, 118, 119, 120, 121

Planejamento 10, 54, 61, 75, 78, 84, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 169, 171, 174, 175, 176, 189, 199, 200, 202, 224, 227, 229, 246

PNAISH 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240

PNE 20, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74

Política Pública 88, 93, 111, 112, 162, 174, 176, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 216, 221, 239, 242, 245, 246, 249

Professor 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 70, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 118, 123, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 251

Proficiência Linguística 122, 124, 130

S

Saneamento Básico 165, 242, 245, 246, 248, 249, 250

Saúde 11, 37, 95, 96, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 248, 250

Saúde Mental 156, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 196

Saúde Pública 155, 168, 176, 182, 192, 200, 217, 220, 234, 236, 240, 243, 249

Segregação Socioespacial 156, 157, 159, 162, 164, 165

Serviços de Saúde 150, 152, 160, 161, 162, 163, 169, 174, 176, 178, 180, 188, 192, 195, 203, 205, 214, 216, 217, 218, 231, 234, 235, 237, 238, 239, 240

Sinais 5, 49

Sistemas de Informação 95, 167, 169, 170, 171, 172

Stakeholder 78, 83, 84

SUS 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 162, 164, 169, 170, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 237, 238, 239, 240, 244, 245

T

Tecnologia Assistiva 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Terapeuta Ocupacional 1, 3, 4, 7, 8, 10, 11

U

Universidade 1, 5, 6, 9, 10, 11, 20, 48, 49, 63, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 111, 112, 118, 120, 121, 124, 129, 130, 133, 134, 156, 160, 182, 191, 223, 231, 232, 248, 251

Z

Zika Vírus 242, 243, 245, 248, 249

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 